Bento XVI condena o "espírito" do Concílio Vaticano II

Orlando Fedeli

Discurso de Natal de Bento XVI à Cúria Romana

Alguns sacerdotes e amigos pediram-nos que comentássemos o discurso do Papa Bento XVI aos membros da Cúria Romana, em 22 de Dezembro passado. Embora não tenhamos nenhuma autoridade canônica ou teológica para isso, somente para atender a esses pedidos, e como simples fiéis católicos, atrevemo-nos a dizer algumas palavras sobre esse pronunciamento muito importante, embora não ex-cathedra. Fazemo-lo ainda em espírito de colaboração, com nossos leitores, procurando os auxiliar na elucidação de um tema tão complexo, e visando a defesa da Fé.

Para quem julgue, bem indevidamente, que é ilícito comentar ou fazer reparos a um discurso papal, queremos lembrar aqui algumas palavras do próprio teólogo Ratzinger que mostram que isso, feito com o devido respeito à autoridade do Sucessor de Pedro, e nos devidos limites, é perfeitamente lícito.

Escreveu então Ratzinger, quando ainda não era Cardeal:

"Doutra parte, é possível e até necessário criticar os pronunciamentos do papa, se não estiverem suficientemente baseados na Escritura e no Credo, ou seja, na fé da Igreja universal. ***Onde não houver, nem a unanimidade da Igreja universal, nem o claro testemunho das fontes, não pode também haver uma definição que obrigue a crer.*** *Faltando as condições, poder-se-á também suspeitar da legitimidade* [de um pronunciamento papal]." (Joseph Ratzinger, *Das Neue Volk Gottes - Enwürfe zur Ekkleseologie*, Düsseldorf: Patmos-Verlag, 1969, trad. br. por Clemente Raphael Mahl: ***O Novo Povo de Deus*** , São Paulo: Paulinas, 1974, p. 140. O destaque é meu).
De passagem, queremos fazer notar que essa citação de Ratzinger, quando ainda era só um teólogo, autoriza formular as críticas que fazemos ao Vaticano II.

E se temos certos reparos, a alguns argumentos de Bento XVI no discurso em foco, queremos ressaltar que os fazemos no maior respeito pela autoridade e pela pessoa de Bento XVI, o Papa da Esperança.

Sim, o Papa da Esperança. De nossa esperança pessoal, pois dos sete Papas sob os quais vivemos, nenhum deles nos deu esperança maior do que o Papa Ratzinger, pelo que ele tem dito, e pelo que disseram Dom Bosco e Nossa Senhora em Fátima sobre um papa que executaria um retorno. Claro que podemos estar equivocados em nossas expectativas e em nossa opinião esperançosa sobre Bento XVI. Mas já agora muitos compartilham dessa esperança. Não estamos sós.

Se estivermos enganados, teremos nos equivocado de Papa, não de esperança. Porque é certo que, após uma crise trágica na qual um Papa será fuzilado, a Igreja terá um grande triunfo sobre a crise criada pelo Modernismo, e que chegou ao auge com o Vaticano II, crise que, agora, apresenta as maiores ruínas da História da Igreja, exatamente por causa do Vaticano II e de suas várias leituras.

Bento XVI parece-nos ser o Papa da Esperança, não só para nós pessoalmente, como também para todo o mundo católico. Desde São Pio X, jamais houve um Papa do qual se aguardasse com tanta expectativa e esperança o que ele faria.

Que fará Bento XVI para sanar as chagas atuais do Clero? Que fará Bento XVI para acabar com a anarquia litúrgica instalada em toda a parte? Que fará Bento XVI para corrigir o que disse tão ambiguamente o Vaticano II?
Quarenta anos depois do Vaticano II, a crise suscitada pelo pastoral Concílio Vaticano II ainda perdura, e obscurece cada vez mais os horizontes da Igreja. Jamais houve crise tão grave como a que vivemos, na História da Igreja. Nem a crise do arianismo, nem o Grande Cisma, nem a Reforma protestante, foram tão graves. Se na crise ariana o mundo todo despertou e se viu ariano, hoje, muito poucos despertam, e os que despertam nem percebem que são hereges modernistas, ou, se percebem, ficam contentes por sê-lo.

Já Paulo VI havia considerado que em vez de uma linda primavera esperada, o Vaticano II trouxe tempestade e confusão. Paulo VI falou em misteriosa auto demolição da Igreja, e em infiltração da fumaça de Satanás no templo de Deus...

Se até o otimista Paulo VI, um dos grandes responsáveis pela crise antropocentrista da Igreja conciliar, reconheceu o seu desastre, como é possível haver quem negue a crise causada pelo Concílio?

São cegos ao meio dia!...
E até hoje, discute-se o que disse esse Concílio.

Foi dessa discussão que tratou Bento XVI em seu discurso à Cúria Romana.

Afinal o teólogo Joseph Ratzinger foi um dos peritos no Vaticano II, e foram os peritos, os teólogos, e não os Bispos que manejaram o Concílio.
Mas, afinal, que ensinou esse Concílio Pastoral?

Como ensinou?
Com que autoridade ensinou?
Grande parte do mal do Vaticano II proveio de sua ambigüidade que permite várias interpretações de seus textos. A Igreja sempre condenou a tática dos hereges de procurar introduzir erros sob aparência de verdade através de fórmulas ambíguas. Foi o que ensinou o Papa Pio VI ao condenar o Sínodo de Pistoia:

"Eles [os Papas nossos predecessores, os Bispos, e certos Concílios Gerais] conheciam bem a arte maliciosa própria dos inovadores, os quais, temendo ofender os ouvidos dos católicos, se esforçam por encobrir sob fraudulentos jogos de palavras os laços das suas astúcias, **afim de que o erro, escondido entre sentido e sentido** (São Leão Magno., Carta 129 da edição Baller), **se insinue mais facilmente nos espíritos e aconteça que — alterada a verdade da sentença** por meio de um curtíssimo acréscimo ou variante **— o testemunho que devia dar a salvação, em conseqüência de uma sutil modificação, conduza à morte.** Se esta **indesejável e falaz maneira de dissertar é viciosa em qualquer manifestação oratória, de nenhum modo deve ser praticado num Sínodo, cujo primeiro mérito** deve consistir no adotar no ensino uma expressão de tal modo clara e límpida que não deixe espaço ao perigo de controvérsias. Porém, se no falar se engana, não se pode admitir aquela subdola defesa que se costuma aduzir e pela qual, quando tenha sido dita alguma expressão dura demais, se se encontra a mesma explicada mais claramente em outra passagem, ou ainda corrigida, como se esta desenfreada licença de afirmar e de negar a bel prazer, que sempre foi uma fraudulenta astúcia dos inovadores como cobertura do erro, não tivesse que valer antes para denunciar o erro mais do que para justificá-lo: como se às pessoas particularmente despreparadas a afrontar casualmente esta ou aquela parte de um Sínodo exposto a todos em **língua vulgar** estivessem sempre presentes as outras passagens a contrapor, e que ao confrontá-las cada um dispusesse de tal preparo a reconduzi-las sozinho, a tal ponto de evitar qualquer perigo de engano que eles difundem erroneamente. **É danosíssima esta habilidade de insinuar o erro** que Nosso Predecessor Celestino (**São Celestino**, *Carta* 13, n. 2, in Coust) descobriu nas cartas do Bispo Nestório de Constantinopla e condenou com duríssimo apelo. O impostor, descoberto, repreendido e alcançado por tais cartas, com o seu incoerente multilóquio envolvia o verdadeiro com o obscuro e, confundindo de novo uma coisa com outra**,** confessava aquilo que havia negado ou se esforçava em negar aquilo que tinha

confessado.
Contra tais insídias, apesar de tudo renovadas em toda época, não foi colocada obra melhor em ação do que aquela de expor as sentenças que sob o véu da ambigüidade envolvem uma perigosa discrepância de sentidos, assinalando o perverso significado sob o qual se acha o erro que a Doutrina Católica condena**"** (Pio VI**, Bula Auctorem Fidei**, de 29 de Agosto de 1794. Os destaques são nossos).
Foi exatamente essa a tática usada pelos peritos modernistas do Vaticano II, que Schillebeeckx teria confessado. A condenação da ambigüidade, especialmente em documentos do Magistério, feita por Pio VI condena o Vaticano II. Porque o Vaticano II foi bem ambíguo.
Discute-se o que o Vaticano II ensinou. Discute-se como ele ensinou. Discute-se se ensinou, dogmática ou pastoralmente. E o ambíguo termo "pastoral" que caracterizou o Concílio, foi, segundo confessou o insuspeito René Laurentin, o Cavalo de Tróia que introduziu na fortaleza da Igreja os erros do Modernismo, através dos véus da ambigüidade.
Tergiversa-se sobre os frutos do Vaticano II: as dezenas de milhares de apostasias no clero, a difusão de heresias a mãos cheias na Igreja, como lembrou João Paulo II, a anarquia litúrgica registrada pelo então Cardeal Ratzinger, a destruição do ensino católico, a crise de vocações, etc. Muitos e gravíssimos etc.
E em meio à profunda crise moral que abala o clero pós-conciliar, um padre nos dizia, outro dia, que jamais houve tantos santos no mundo...
Jamais houve, sim, tanta confusão!
Cegos ao meio dia!
Entretanto, no fundo, todos estão insatisfeitos com esse Concílio, que, em vez de condenar o mundo — que continua "*posto no maligno*" — procurou adaptar a Igreja a ele.
O que foi uma capitulação.
É de estranhar, então, que o *maligno* tenha feito entrar a sua fumaça no Templo de Deus?
Os modernistas mais radicais — os que defendem o "*espírito do Concílio*" — estão tão insatisfeitos com os resultados do Vaticano II que já dizem "*Adeus Vaticano II*" (Cfr. Padre José Maria Vigo, **Adeus ao Vaticano II**, in **Vaticano II, 40 Anos Depois**, Paulus, São Paulo, 2.005, pp.89-92).
No outro extremo do arco teológico, os chamados tradicionalistas, condenam o Vaticano II por ter rompido com a doutrina de sempre da Igreja.
Os defensores da "*letra do Vaticano II*" se debatem entre essas duas posições, procurando harmonizar, quase dialeticamente, e sem muito sucesso, a Nova Teologia do Concílio com a doutrina de sempre, procurando provar que o Vaticano II não rompeu com o passado, mas que é uma continuação dele, adaptando-se apenas a doutrina às circunstâncias concretas do momento. E poucos se convencem dessa harmonização, defendida até pelo Papa Bento XVI. Daí as fortes oposições que o Clero, de esquerda especialmente, em geral, lhe apresenta.
Foi desse problema profundo e complexo, e como pretende resolvê-lo, que tratou Bento XVI em seu discurso de cumprimentos natalinos à Cúria Romana.
É tradicional que, às vésperas do Natal, os membros da Cúria visitem o Papa, para cumprimentá-lo, e desejar-lhe as graças natalinas, o que é correspondido pelo Pontífice em um discurso protocolar.
Um discurso papal, mesmo protocolar, sempre tem grande peso e importância, ainda que não seja um pronunciamento ex-cathedra. Este discurso de Bento XVI adquiriu maior importância do que o comum, pelo tema tratado, e por ter sido como que uma apresentação da linha que o novo Papa pretende seguir em seu pontificado. Mas é evidente que esse discurso não goza da autoridade infalível do Papa. Nele, não se pronunciou um dogma, pois o Papa se preocupou mais em definir a linha teológica e política que vai seguir, mas sem se expressar ex-cathedra, é claro, embora ele tenha procurado mostrar como ele julga que se deve interpretar o Concílio.
Em seu discurso, Bento XVI fez uma resenha dos principais fatos do ano de 2005, citando e comentando, rapidamente os seguintes pontos:

1 - Doença e morte do Papa João Paulo II.
2 - Jornada Mundial da Juventude, em Colônia.
3 - O Ano Eucarístico e o Sínodo.
4 - O Vaticano II em seus 40 anos.
5 - A sua eleição ao Sumo Pontificado.

Evidentemente, o ponto central e mais largamente tratado nesse discurso de Bento XVI foi o Vaticano II, a situação atual da Igreja, como Bento XVI vê os problemas atuais da Igreja e como pretende resolvê-los. Portanto, nesse discurso, o Papa Bento XVI expôs, de algum modo, o seu programa de governo.

Vejamos então como Bento XVI analisa a situação criada pelo Vaticano II, do qual ele foi um perito bem conhecido.

*****

As várias posições face ao Vaticano II, segundo Bento XVI

Bento XVI analisa basicamente duas posições face ao Vaticano II, omitindo a posição dos opositores do Concílio, — os chamados tradicionalistas —, que agregaremos ao quadro, afim de torná-lo mais completo.
Bento XVI pergunta:
"Por que a recepção do Concílio, em grande parte da Igreja, até agora se desenvolveu de modo tão difícil?"
Já é um ponto importante o Papa reconhecer que esse Concílio pastoral, tão favorecido pela propaganda, tão incensado pelo Clero, continua sendo mal recebido. E cada vez mais cresce a oposição a ele, pois que, lentamente, os católicos se dão conta que tudo vai muito mal na Igreja, exatamente por causa do Concílio.
O Vaticano II, com sua ambigüidade, com seu ecumenismo ilusório de união puramente material, que a ninguém junta e a todos divide, com seu pacifismo otimista quase infantil, com seu democratismo que decepciona o povo cansado de demagogia, com sua nova Missa-Show com baldes de água benta lançados estupidamente sobre o povo, ou com a Missa macumbífera da Bahia; o Vaticano II dos padres ou pseudo místicos, ou janotas, ou agitadores, deixou os fiéis frustrados. E a sede de verdade vem aumentando, pois jamais é satisfeita pelos sermões vazios ou demagógicos. E muito menos pelas Campanhas de Fraternidade, ou pelos Comunicados verborrágicos e vazios de Conferências episcopais, Comunicados que ninguém lê, e nos quais ninguém crê.
Bento XVI considera que o Vaticano II é ainda hoje mal recebido, porque é mal interpretado.
"Os problemas da recepção [do Vaticano II] *nasceram do fato que duas hermenêuticas contrárias se acharam em confronto e discutiram entre si. Uma causou confusão, a outra, silenciosamente, mas sempre mais visivelmente, trouxe e traz frutos"*.(Bento XVI, **Discurso à Cúria**, em 22 de Dezembro de 2.005)
A má interpretação dada ao texto do Vaticano II seria a responsável por todas as dificuldades de compreensão do Vaticano II.
Se o Vaticano II tivesse falado claramente, não precisaria ser interpretado.
Nele, nada se disse claramente, daí a confusão.
Desse modo, a discussão sobre o que disse, de fato, o Vaticano II — discussão que até a pouco se restringia aos teólogos e Bispos, — chegou agora aos lábios do Papa. A crise do Vaticano II atingiu agora não só às lutas internas na Cúria Romana, como chegou também à mente do Papa.
Afinal o que disse o Vaticano II?
Bento XVI reconhece que todo o problema do Vaticano II está em sua **interpretação**, --em sua " ***hermenêutica***"--,isto é, porque ele é suscetível de ser lido de vários modos. Ora, esse reconhecimento por um Papa tem extrema importância, pois assim se admitiu que o Vaticano II não foi claro, já que **in claris non fit interpretatio.**
E o que não é claramente ensinado pela Igreja não pode gozar do caráter de infalibilidade. No que não é claro, não há obrigatoriedade de assentimento por parte dos fiéis com fé divina e católica. Portanto, o Vaticano II não foi um Concílio infalível e nem dogmático.
E se ele tem possibilidade de ser interpretado de vários modos, seria preciso **definir** qual é a sua leitura certa.
Mas aí, a leitura é que deveria ser interpretada?
Ou seria a leitura infalível?
Ou se teriam várias releituras da leitura?
Um caos!
Foi o mal praticado pelos Papas do Concílio o de não quererem falar ex-cathedra.
O mal adveio do uso da linguagem ambígua condenada por Pio VI.
Por que retiveram eles a infalível palavra de Deus?

Verbum Dei não est aligatum.
Bento XVI disse que houve duas hermenêuticas, ou duas leituras, do Concílio, que se confrontaram e discutiram entre si, causando confusão:

1ª Leitura do Vaticano II: a do "*espírito do Concílio*"
Bento XVI chama essa linha de leitura do Vaticano II de "***hermenêutica da discontinuidade e da ruptura***".
Segundo Bento XVI, "**A hermenêutica da descontinuidade arrisca-se a acabar numa ruptura entre a Igreja pré conciliar e pós conciliar**". (Bento XVI, Discurso citado)
O que é uma acusação bem grave de possibilidade de heresia e cisma.
Os partidários da "*leitura de descontinuidade*" vão mais além: defendem que houve uma ruptura com a doutrina do passado da Igreja, e vários de seus líderes querem formalmente a ruptura com a Igreja de sempre.
Pretenderiam eles, pois, – e muitas vezes eles o dizem – fundar uma nova Igreja, com uma nova teologia, uma nova moral, uma nova liturgia, etc.
Para os adeptos do *"espírito do Concílio*", dizemos nós, o Vaticano II foi o ponto de partida de uma grande transformação.
Na realidade, vários membros líderes dessa corrente—como no livro que já citamos assinado pelo Cardeal Aloísio Lorscheider, ou no livro **Vaticano II , Análise e Perspectivas** de Padre Paulo Sérgio Lopes Gonçalves, Irmã Vera Ivanice Bombonatto et allii,(Paulinas, São Paulo, 2.004) afirmam claramente que o Concílio, de fato, rompeu com a Igreja do passado. E se manifestam desejosos de uma ruptura definitiva.
Esta foi a leitura de "*uma parte"* da **"teologia moderna"**. (Na verdade, da teologia herética modernista).
Lembra o Papa Bento XVI que essa posição também teve o apoio da mídia... (E por que será que a mídia apoiou essa posição? Por acaso a mídia tem posições teológicas? Ou quem está por trás da mídia é que tem interesses teológicos? Qual a religião da mídia?).
Será que a mídia apóia o Vaticano II, porque ele pretendeu fazer uma síntese entre catolicismo e iluminismo maçônico?
Sim, síntese com o iluminismo maçônico... Pois o próprio Papa João Paulo II reconheceu isso ao escrever, em seu último livro publicado pouco antes de sua morte:
"***Nos documentos do Vaticano II, pode-se encontrar uma sugestiva síntese da relação entre o cristianismo e o Iluminismo***"(João Paulo II, **Memória e Identidade**, Edit. Objetiva, Rio de Janeiro, 2.005, p. 126).
Como aceitar uma síntese do Catolicismo com o Iluminismo?
Essa síntese é uma aceitação do iluminismo maçônico condenado pela doutrina católica.
Para Bento XVI, foi essa hermenêutica da descontinuidade que causou a confusão a respeito do Vaticano II.
Ora, quando um texto não é claro, e suscita várias interpretações, a causa da confusão não é provocada pelas correntes que discutem qual é a verdadeira leitura do texto, e sim pelo próprio texto ambíguo, que ensejou essas diversas correntes e leituras.
Dever-se-ia ter apontado o próprio texto do Vaticano II como o real responsável pela confusão religiosa atual.
In claris, non fit interpretatio!
In claris, non est controversia!
Indiretamente, então, Bento XVI, ao admitir, num discurso pontifício, que houve duas leituras do Vaticano II, implicitamente deixou claro que a culpa de toda a confusão foi o próprio texto do Vaticano II, escrito de propósito de modo ambíguo, como o reconheceu outro "perito" do Concílio, o modernista holandês Schillebeeckx.
Se os adeptos da letra do Vaticano II acusam os seguidores do espírito do Vaticano II pela confusão atual, deveriam eles dizer que foram enganados pelos redatores do Concílio, que foram iludidos pelos textos ambíguos do Concílio, e deveriam repudiar esses textos enganadores.
Não somos apenas nós que acusamos o próprio texto do Vaticano II. O Abbé Tinotti, comentando esse discurso de Bento XVI, escreveu, ele também, mostrando que a culpa de uma leitura má provém da ambigüidade do próprio texto do Vaticano II:

« ***se a "má " interpretação, que se apresenta como a do "espírito" do concílio eventualmente contra o***

próprio « texto » oficial, se pode se apoderar dos textos a ponto de quase desqualificar a sua boa leitura, é que esses textos por si mesmos abriam gravemente o flanco para essas leituras, é que em parte eles escondiam tais ambigüidades que essas leituras podiam se apoderar deles impunemente. Caso contrário essas leituras teriam sido logo abandonadas em vez de se imporem" (Abbé Charles Tinotti, publicado pelo Abbé Aulagnier, in **Regard sur le Monde,** no. 28, 17 de janeiro de 2.006).
Bento XVI lembra que esta leitura da descontinuidade traz o perigo de causar uma ruptura real entre a Igreja pós-conciliar e Igreja pré-conciliar.
Traz o perigo de uma ruptura?
Não.
A ruptura já existe. De fato, essa ruptura real já se deu, e há muito tempo já.
A primeira ruptura se deu – e foi escandalosa – através dos textos do Concílio Vaticano II. Depois veio a ruptura da Nova Missa, em 1969. E houve a ruptura entre os que seguiam o espírito e a letra do Concílio Vaticano II. A seguir veio a ruptura dos lefrevistas, e daí por diante...
Tudo e todos, na Igreja pós-conciliar estão rachados. Não há duas paróquias com a mesma Missa. Quase não há dois padres com a mesma teologia.
Verifica-se, hoje, na Igreja, a multiplicação de cismas silenciosos e de heresias gritantes. Foi o próprio Papa João Paulo II que o disse, e basta ver a desobediência geral aos decretos papais para percebê-lo. Em muitíssimas paróquias e Dioceses, quase não se reconhece mais a Igreja como sempre foi. Parece existir uma nova religião. Em muitas paróquias, a Igreja aparece desfigurada, pois nelas se instalou uma como que igrejola protestantosa pentecostal, ou uma célula do Partido Comunista com o nome de CEB.
Crê-se em tudo, nessas igrejas.
Menos no Credo.

2ª Leitura do Vaticano II: a da "letra do Concílio" ou " *hermenêutica da reforma"*

Em seu discurso à Cúria, Bento XVI considera que esta seria a leitura justa e correta do Vaticano II, a que pretende fazer uma *"renovação em continuidade"* com relação à doutrina anterior da Igreja.
Esta segunda hermenêutica não admite que haja uma ruptura entre a letra do Vaticano II e a doutrina anterior. No máximo, aceita que haja, só à primeira vista, uma aparente descontinuidade, mas que, analisados os textos a fundo, se comprovaria a continuidade doutrinária com a Igreja de sempre.
Disse Bento XVI:

"*São todos temas de grande alcance - eram os grandes temas da segunda parte do Concílio – sobre os quais não é possível deter-se mais amplamente neste contexto. É claro que em todos estes setores, que no seu conjunto formam um único problema, podia emergir alguma forma de descontinuidade e que, em um certo sentido, se tinha manifestado de fato una descontinuidade, na qual todavia, feitas as diversas distinções entre as históricas situações concretas e as suas exigências, resultava não abandonada a continuidade nos princípios – **fato este que facilmente foge à primeira percepção**. É exatamente neste conjunto de continuidade e de descontinuidade em níveis diversos que consiste a natureza da verdadeira reforma"* (Bento XVI, **Discurso à Cúria** em 22 de Dezembro de 2.005. O destaque é nosso).
Bento XVI admite então que "***à primeira percepção"*** a letra do Vaticano II dá ensejo de julgar que de fato houve ruptura com a doutrina anterior da Igreja.
E esta admissão é muito importante.
Pretende-se que, no Vaticano II, a doutrina de sempre teria sido expressa em linguagem nova, de acordo com o pensamento moderno, e adaptando-se às novas circunstâncias históricas, sem ruptura de continuidade nos princípios.
Mas Bento XVI, nesse mesmo discurso, reconhece que houve não apenas adaptação da doutrina em sua aplicação a circunstâncias concretas. Ele reconhece que houve mudanças em matéria doutrinária, pois fala em " ***nova definição da relação entre a fé da Igreja e certos elementos essenciais do pensamento moderno"***

"*O Concílio Vaticano II, com a **nova definição da relação entre a fé da Igreja e certos elementos essenciais do pensamento moderno**, reviu ou também corrigiu algumas decisões históricas, mas nesta aparente descontinuidade, ao contrário, manteve e aprofundou a sua íntima natureza e a sua verdadeira identidade"* (Bento XVI, **Discurso à Cúria**, em 22 de Dezembro de 2.005. O destaque é nosso).

Uma "***nova definição da relação entre a fé da Igreja e certos elementos essenciais do pensamento moderno"*** é uma questão doutrinária e não simples mente de aplicação concreta de princípios.
Acontece que o pensamento moderno é imanentista e antropocêntrico...
Para fundamentar esta sua afirmação acima, Bento XVI cita as palavras de João XXIII, na abertura do Vaticano II, dizendo que o Concílio "*quer transmitir pura e íntegra a doutrina, sem atenuações e desvios". "Nosso dever não é apenas de guardar este tesouro precioso, como se nos preocupássemos unicamente da antiguidade, mas de dedicarmo-nos com álacre vontade e sem temor à obra que a nossa época exige... É necessário que essa doutrina certa e imutável, que deve ser fielmente respeitada, seja aprofundada e apresentada em modo que corresponda às exigências de nosso tempo. Uma coisa, de fato, é o depósito da Fé, isto é, as verdades contidas na nossa veneranda doutrina, e outra coisa é o modo pelo qual essas doutrinas são apresentadas conservando nelas, todavia, o mesmo sentido e o mesmo alcance"* (**S. OEcum. Conc. Vat. II, Constituições, Decretos, Declarações**, 1974, pp. 863-865).
Ora, basta verificar os textos do Concílio, analisar seus debates, e verificar seus resultados, para constatar que a primeira parte do que disse João XXIII, nessa citação, jamais foi respeitada: o Vaticano II se preocupou em agradar ao mundo, -- tanto que recusou condenar o comunismo -- em adaptar a doutrina católica ao mundo, e jamais em guardar o depósito da Fé.
E a tese do final do Discurso do Papa João XXIII foi a velha proposta da doutrina Modernista, de abandonar a formulação das verdades da Fé de modo escolástico, para adotar a terminologia adaptada a nosso tempo, isto é, a da Filosofia Moderna, anti escolástica, anti metafísica, evolucionista e imanentista, portanto relativista. E fazer evoluir o dogma, graças a uma nova formulação moderna e isto é o que queria o Modernismo.
E é o que defendem os partidários do "espírito do Concílio".
Foi a terminologia imprecisa, ambígua da Filosofia Moderna, adotada pelo Vaticano II, que causou as diferentes interpretações, inclusive as interpretações heréticas, assumidas sem pudor pela corrente modernista mais avançada, a do " *espírito do Concílio"*. Foi a adoção da chamada Filosofia Moderna que permitiu a introdução da fumaça de Satanás no Templo de Deus. Enquanto essa filosofia e terminologia modernas não forem banidas, retornando-se à filosofia e terminologia tomistas, não haverá paz na Igreja, mas só confusão e heresias.
Convém observar que sendo o Vaticano II um Concílio da Igreja, é normal que muitos, levados por boa Fé, tentem harmonizá-lo com a doutrina anterior da Igreja. Mas, entre esses "harmonizadores" <u>contrários à ruptura</u>, é preciso distinguir também dois grupos de pessoas:
a – Os harmonizadores de boa fé – que os pode haver.
b – Os defensores da "semi-heresia", que procuram salvar o que for possível do Modernismo do Vaticano II.
Na História da Igreja, sempre que uma heresia foi derrotada, apareceu uma semi heresia, de posição mais moderada, que tentava salvar o que fosse possível da heresia escancarada. Foi o que fizeram o semi arianismo, o semi pelagianismo, o cabalismo cristão, o liberalismo católico, o socialismo cristão, etc. Mas é evidente que essa classificação de semi heresia é só histórica, para caracterizar esses movimentos táticos dos hereges, defendendo a heresia mais moderada.
E, para harmonizar as duas doutrinas – a doutrina católica de sempre com a doutrina conciliar --, os seguidores da "*letra do Concílio"* dizem que é preciso "*ler o Concílio à luz da Tradição".* E dizendo isso, confessam que o Vaticano II é obscuro e ambíguo, pois só o que é obscuro precisa de luz, e só o que é ambíguo paramite várias leituras, pois que, "***in claris non fit interpretatio".*** E no que não é claro e no que é ambíguo, não há obrigação de se crer com fé divina e católica.
Na realidade, o que fazem os seguidores dessa segunda corrente, a da hermenêutica da continuidade, -- que também é proposta por Bento XVI nesse discurso, -- é tentar adaptar a doutrina de sempre à letra do Vaticano II.
E Bento XVI hesita...
Pois ainda há pouco, ao receber a submissão do Abbé de Tanoüarn, um egresso da Fraternidade Sacerdotal São Pio X, aceitou a sua proposta de uma outra leitura do Vaticano II: a que propõe um " *tradi-ecumenismo",* tentando criar uma outra possível recepção do Concílio (Cfr. Entrevista do Abbé de Tanouarn a Jeanne Smits e Olivier Figueiras in **Dieu Premier Servi, Présent**, em 31 de Dezembro de 2005).
Harmonizar o Vaticano II com a doutrina de sempre, ---tarefa impossível -- é o que tenta fazer, com grande

esforço, o próprio Bento XVI, com o problema da liberdade de religião, liberdade que a Igreja Católica sempre condenou, e que o Vaticano II defendeu, como também com relação à abertura para a modernidade, condenada pelo Syllabus, mas defendida e promovida pela **Gaudium et Spes**. Tanto que o Cardeal Ratzinger chamou a **Gaudium et Spes** de **Anti Syllabus**, reconhecendo então formalmente a ruptura desse documento com a doutrina da Igreja anterior ao Vaticano II (Cfr. Cardeal Joseph Ratzinger, **Teoria de los**. **Princípios Teológicos**, Herder, Barcelona, 1985, p. 454).
Ratzinger, quando teólogo, a princípio, seguira a linha do "*espírito do Concílio"* e defendera a tese de que tinha havido, sim, uma ruptura entre o Vaticano II e a doutrina que a Igreja sempre ensinara:

"*Qual é a linha de espiritualidade do concílio Vaticano II e qual a sua situação diante da história dos demais concílios? Será que o último concílio tende para uma mundanização ou para uma espiritualização da Igreja?* ***Significará o último concílio uma ruptura, uma revolução ou uma continuação? Se for confrontado com certas tendências do século XIX e da primeira metade do século XX, o Concílio assinala, sem dúvida, uma ruptura*** *e um avanço muito grande."* (Padre Joseph Ratzinger, **Das Neue Volk Gottes – Enwürfe zur Ekkleseologie**, Patmos-Verlag, Düsseldorf, 1969, trad. br. por Clemente Raphael Mahl: ***O Novo Povo de Deus***, São Paulo, Paulinas, 1974, p. 278, destaques nossos).
Para não deixar dúvidas que, quando Ratzinger falava de "*certas tendências do século XIX e da primeira metade do século XX*", a referência era claramente ao Syllabus, à encíclica **Pascendi** e ao Decreto **Lamentabili**, que, respectivamente condenaram o liberalismo e o modernismo, veja-se o que escreveu Ratzinger, pouco antes, no mesmo livro:

"*Para sermos objetivos na análise dos desajustes dos tempos passados, que lançam suas sombras sobre a Igreja de hoje, não deveríamos considerar apenas os fatos da antiguidade e da Idade Média, mas seria mister referir-nos também a outros fatos já bem próximos de nós e que nos parecem reais desajustes. Poderíamos citar, por exemplo, a reação cristã manifestada no século XIX e nos inícios do século XX no* ***Syllabus*** *de Pio IX e no pontificado de Pio X*." (Joseph Ratzinger, **Das Neue Volk Gottes – Enwürfe zur Ekkleseologie**, Patmos-Verlag, Düsseldorf, 1969, trad. br. por Clemente Raphael Mahl: ***O Novo Povo de Deus***, São Paulo, Paulinas, 1974, p. 257, destaques nossos).
O que cria, além do mais, uma grande perplexidade, pois, se é lícito acusar o **Syllabus** e recusar a condenação do Modernismo pela **Pascendi**, que muitos teólogos julgam documentos infalíveis, acusando esses documentos de "*desajuste*", por que não se poderia fazer o mesmo com o Vaticano II, meramente pastoral?
E que não haja escândalo farisaico contra nós por criticarmos diretamente o Vaticano II, pois este Concílio não foi infalível e não impôs dogmas.
O próprio Ratzinger reconheceu que o Vaticano II não promulgou dogmas.
No Concílio Vaticano II, disse Ratzinger, "**não há dogmas**, nem mesmo na proposição sobre a sacramentalidade do episcopado. Resta, portanto, dar uma explicação positiva, isto é, **que grau de certeza apresentam os textos promulgados? Esta questão não ficou de todo clara**, nem mesmo com as palavras da comissão teológica." (*Id. Ibid.*, p. 190, destaques nossos).
Portanto, Ratzinger afirma que o Vaticano II não impôs dogmas e nem sequer estabeleceu o grau de certeza do que ele ensinou pastoralmente.
Portanto: in dubiis, libertas!
Nenhum católico é obrigado a aceitar a ambígua doutrina do Vaticano II como sendo de fé divina e católica.
Portanto, não é exato dizer que a segunda hermenêutica citada por Bento XVI negue completamente que tenha havido ruptura do Concílio com a doutrina da Igreja. Uma certa ruptura, ela admite que tenha existido. E Bento XVI admite que á primeira vista pode-se pensar que tenha havido uma ruptura.
Logo, as duas correntes hermenêuticas citadas por Bento XVI admitem a ruptura: a primeira mais ostensivamente; a segunda menos, e muito a contragosto.
O Papa não faz referência às correntes católicas—entre elas a chamada tradicionalista, especialmente a da Fraternidade Sacerdotal São Pio X. Mas há outras. -- que sempre recusaram o Vaticano II, exatamente por sua linguagem ambígua que permite uma interpretação herética e de ruptura com a doutrina sempre ensinada pela Igreja Católica.

Entretanto, o próprio teólogo Ratzinger havia escrito que é preciso considerar e respeitar aqueles que, escandalizados pelo Vaticano II, o repelem:

Para outros, o concílio [Vaticano II] deu um grande escândalo ao ceder terreno ao mundo desvirtuado. Esses últimos lamentam-se pelo fato de o concílio ter provocado verdadeiras crises e ter discutido coisas que para eles estavam absolutamente certas. (...) Tendo diante de si este exemplo-- [o de Santa Teresa d'Ávila, cuja conversão a afastou da 'abertura para o mundo' de seu convento 'aggiornatto']--- *, os mais conservadores se perguntam: e o concílio, não enveredou ele por um caminho completamente oposto e que só poderá conduzir a uma meta bem diversa que não a da conversão?* ***Nenhuma dessas dúvidas, de qualquer corrente de pensadores que proceda, deve ser desprezada. É preciso haver muita compreensão com relação às críticas sobre o concílio."*** (Joseph Ratzinger, *Das Neue Volk Gottes - Enwürfe zur Ekkleseologie*, Düsseldorf: Patmos-Verlag, 1969, trad. br. por Clemente Raphael Mahl: ***O Novo Povo de Deus*** , São Paulo: Paulinas, 1974, p. 282. O destaque é nosso.)

O quadro abaixo esquematiza essas três posições face ao Vaticano II:

1ª Leitura do Vaticano II	2ª Leitura do Vaticano II	3ª Leitura do Vaticano II
Dos seguidores do “Espírito do Concílio”	Dos seguidores da “Letra do Concílio”	Dos adversários do Concílio.
Modernistas extremados seguidores da hermenêutica da descontinuidade	Modernistas moderados, Seguidores da hermenêutica da continuidade	Linha dos chamados Tradicionalistas e congêneres
Afirma que o Vaticano II fez ruptura com a Igreja Católica de sempre e quer essa ruptura	Afirma que, de fato, em certos pontos, o Vaticano II dá a impressão primeira de uma certa ruptura, mas que só aparentemente rompeu com a doutrina do passado. Concede que fez nova formulação da relação da Fé com o pensamento moderno. Formulou-a apenas em termos de filosofia moderna, e devido às novas circunstâncias históricas.	O Vaticano II fez ruptura com a Igreja Católica de sempre e querem anular o Vaticano II.
O Vaticano II foi só ponto de partida para ruptura maior e total com a Igreja Católica. Posição inicial de Ratzinger perito conciliarà	O Vaticano II foi ponto terminal de uma evolução teológica. Posição atual de Bento XVIà	O Vaticano II fez ruptura com a Igreja Católica de sempre e querem anular o Vaticano II.

Por esse quadro se vê claramente que as três correntes concordam que a posição do “*espírito do Concílio*” ou rompeu a continuidade com a Igreja Católica, com a essência da doutrina pré conciliar ou que se arrisca a romper.

As duas correntes extremas criticam a “*hermenêutica da continuidade”,* julgando-a incoerente e artificial, senão mesmo dialética.

E convém registrar desde já, que, considerando os elementos desse quadro, enquanto Bento XVI dialoga com os tradicionalistas da FSSPX, ele condena os seguidores do “Espírito do Concílio” como causadores de sua má recepção.

A decisão é de Bento XVI, mas o pólo de atração é a Fraternidade São Pio X. O pólo de atração é a Missa de sempre, e não a Missa Nova de Paulo VI, expressão mais conhecida do Vaticano II.

O Papa Bento XVI, defendendo como justa e correta a “*hermenêutica da letra do Concílio ou da reforma*”, admitiu, pelo menos implicitamente, no discurso em foco:

1- Que, de fato, para harmonizar a letra do Vaticano II com a doutrina católica de sempre, é necessária uma **hermenêutica**. Portanto, que à primeira vista, isso não é fácil. E ele reconheceu mesmo que à primeira vista

parece ter havido ruptura com a doutrina de sempre.
Essa harmonia entre a letra do Vaticano II e a doutrina pré conciliar é difícil de ver. Prova disso, foi o trabalho imenso que teve recentemente o Padre Becker para reduzir o *subsistit in* ao *est* na fórmula a "*Igreja de Cristo é a Igreja Católica".*

2- Bento XVI admitiu que o próprio Papa Paulo VI, no discurso de encerramento do Concílio, "*indicou ainda uma motivação específica pela qual uma hermenêutica da descontinuidade poderia parecer convincente"* (Bento XVI, Discurso à Cúria em 22 de dezembro de 2005). Bento XVI mostra então que a expressão *"mundo de hoje"*, usada por Paulo VI, foi pouco precisa, pois que teria sido mais exato falar das relações da " *Igreja e a Idade Moderna".*
Desse modo, Bento XVI admitiu que a hermenêutica da descontinuidade tinha pelo menos alguma aparência de fundamentação.
Na verdade, porém, é impossível admitir que exista continuidade entre a condenação da Modernidade feita pelo Syllabus e a abertura do Vaticano II à modernidade.
O **Syllabus** condenou a seguinte tese:

"*O Romano Pontífice pode e deve reconciliar-se e transigir com o progresso, com o Liberalismo e com a civilização moderna"* (Pio IX,**Syllabus**, erro n^0 80).
E o Vaticano II aceitou a Modernidade, isto é, o antropocentrismo, o culto do Homem, como o confessou Paulo VI no discurso de encerramento do Vaticano II.
Há uma descontinuidade clara entre essas duas posições.
Há contradição entre elas.
Porque a Modernidade não é o computador e o chiclete, a televisão e o automóvel. A modernidade é o Antropocentrismo. A Modernidade é o Humanismo, que faz do Homem centro de tudo, princípio e fim de todas as coisas, o alfa e o ômega, colocando o Homem no lugar de Cristo. Que faz do Homem um deus, para o qual se deveria prestar culto. A Modernidade é a tentativa de substituir a Cidade de Deus pela Cidade do Homem.
A Igreja sempre cultuou somente a Deus.
Mas, Paulo VI, seguindo o espírito do Vaticano II, declarou: "**Nós também temos o culto do Homem**" (Paulo VI, **Discurso de Encerramento do Concílio Vaticano II**, em 7 de Dezembro de 1.965).
Fica impossível então negar que houve, de fato, descontinuidade entre a Igreja pré Conciliar --que condenou a Modernidade--, e o Vaticano II aberto à Modernidade.

3- Bento XVI admite ainda, no seu discurso à Cúria, discurso que agora focalizamos, que, no século XIX, a Igreja condenou o liberalismo radical. E disse:

"*O Concílio Vaticano II, com a nova definição da relação entre a Fé da Igreja e certos elementos essenciais do pensamento moderno, reviu ou também* ***corrigiu*** *algumas decisões históricas, mas nessa* ***aparente descontinuidade*** *manteve em vez e aprofundou a sua natureza íntima e a sua verdadeira identidade"* (Bento XVI, **Discurso** citado. Os destaques são meus).
Ora, essa "*aparente descontinuidade*", admitida pelo Papa Bento XVI, entre a doutrina da Igreja promulgada no século XIX pelo **Syllabus** de Pio IX contra o liberalismo e a Modernidade, foi "***corrigida***" pelo Vaticano II. E só se corrige o que está errado, ou o que não está perfeitamente certo. Já anteriormente foi dito pelo Cardeal Ratzinger que as posições do Syllabus contra a Modernidade e a do Vaticano II face á modernidade eram contrapostas, pois, como já vimos, ele escreveu em 1985:

"*Se se deseja emitir um diagnóstico global sobre esse texto* [da **Gaudium et Spes**]*, poderia dizer-se que significa (junto com os textos sobre a liberdade religiosa e sobre as religiões mundiais) uma revisão do* ***Syllabus*** *de Pio IX, uma espécie de* ***Antisyllabus****"* (Cardeal Joseph Ratzinger, **Teoria de los Princípios Teológicos**, Herder, Barcelona, 1985, p. 454).
Em 1985, então, o Cardeal Ratzinger admitia que havia descontinuidade entre o Vaticano II e a Igreja Pré Conciliar. E agora, como Bento XVI, ele ainda admite que o Vaticano II ***corrigiu*** a doutrina ensinada por Pio IX, no século XIX e que fez uma *nova definição da relação entre a Fé da Igreja e certos elementos*

essenciais do pensamento moderno.
Portanto, alguma descontinuidade doutrinária houve entre o **Syllabus** e o Vaticano II. E Bento XVI admite isso.

4- Uma outra admissão de mudança com relação à Igreja de sempre é também reconhecida por Bento XVI, quando ele fala da reforma litúrgica, expressão do Vaticano II:

"*No período da reforma litúrgica freqüentemente a Missa e a adoração fora dela foram vistas como em contraste entre si: o Pão eucarístico não teria sido dado a nós para ser contemplado, mas para ser comido, conforme uma objeção então difundida. Na experiência de oração da Igreja manifestou-se agora definitivamente a falta de sentido de uma tal contraposição. Já Santo Agostinho tinha dito: "**nemo autem olum carnem manducat, nise prius adoraverit;... peccemus não adorando"—"Ninguém como essa carne sem antes adorá-la;... pecaríamos de não adorássemos"*** (Cfr. **Enarr. In Ps**. 98, 9, CCL XXXIX 1385).
A seguir, Bento XVI mostra que a posição assumida na Idade Média sobre a adoração de Jesus Cristo, realmente presente na Hóstia consagrada, era a correta.
Em certo momento, hesitantemente, de modo repetitivo, quase literariamente gaguejando, e como que a contra gosto, disse o Papa Bento XVI, em seu Discurso de Natal à Cúria:

"É claro que em todos estes problemas [tratados pelo Vaticano II], *que em seu conjunto formam único problema, **podia emergir uma certa forma de descontinuidade** **e que, em certo sentido, se havia manifestado de fato uma descontinuidade,** na qual, todavia, feitas as diversas distinções entre as concretas situações históricas e as suas exigências**, resultava não abandonada a continuidade nos princípios**—fato esse que facilmente escapa à primeira percepção. É propriamente neste conjunto de **continuidade e descontinuidade** em níveis diversos que consiste a natureza da verdadeira reforma"* (Bento XVI Discurso à Cúria Romana em 22 de Dezembro de 2.005. Os destaques são meus).
Note-se o vai e vem da formulação, hesitando em admitir uma descontinuidade de doutrina, querendo negá-la, mas tendo que admiti-la, ainda que a contra gosto: ***"podia emergir uma certa forma de descontinuidade** **e que, em certo sentido, se havia manifestado, de fato, uma descontinuidade";***(,,,) ***resultava não abandonada a continuidade nos princípios;***(...) ***continuidade e descontinuidade...***
Afinal, houve ou não descontinuidade?
Claro que houve.
Todas estas posições admitidas por Bento XVI sobre a letra do Vaticano II e a necessidade de uma hermenêutica "*justa*", assim como a admissão de que houve imprecisões de expressão e posicionamentos equivocados com base na doutrina expressa pelo Vaticano II, comprovam, indiretamente, que o Vaticano II não foi um Concílio infalível, no qual se deva crer com Fé divina e católica. Pois quando a Igreja ensina infalivelmente, ela se exprime sempre bem claramente.
In claris non fit interpretatio.
Mais ainda. Embora não se queira reconhecer, é admitido que, de fato, o Vaticano II fez uma ruptura com relação à Igreja Católica e com sua doutrina de sempre, pelo menos em certos pontos, como afirmou Bento XVI.

Um Concílio com sabor de heresia

Bento XVI reconhece que, num primeiro entendimento, os textos do Vaticano II dão a impressão de ruptura com a doutrina católica. Mas que, numa segunda leitura, pode-se encontrar—por vezes com grande esforço -- uma interpretação harmônica com a doutrina de sempre. Ora, dizendo isso, embora sem querer, o Papa Bento XVI classificou o Vaticano II como tendo **sabor de heresia.**
A Igreja não condena com a excomunhão apenas a heresia formal e pertinaz. Ela condena ainda as teses que tenham sabor de heresia, e as que sejam suspeitas de heresia.
.
Uma proposição com sabor de heresia (passível de excomunhão para quem a proferir pertinazmente) é aquela cuja natureza é tal, que seu sentido primeiro, mais facilmente captável, é herético, pois que tudo nela

sugere a heresia, mas que, com um grande esforço de interpretação, de hermenêutica, se pode extrair dela um sentido católico correto. Tais proposições são condenáveis com a censura teológica de sabor de heresia —**sapiens heresim.**

É o que ensinam grandes teólogos como Ad. Thankerey, **Synopses Theologiae Dogmaticae,** Desclée, Paris, 1959, tomo II, p.117; J. M. Hervé, **Manuale Theologiae Dogmaticae**, Berque, Paris, 1952, Vol. I, p. 504; Iosephus Mors, S.J., **InstitutionisTheologiae Fundamentalis**,Vozes, Petrópolis, 1943,197; Cardeal Pietro Parente, **Dizionario di Teología Dogmática**, verbete **Censura Teológica;** apud Arnaldo Vidigal Xavier da Silveira, artigo **Não Só a Heresia Pode Ser Condenada pela Autoridade Eclesiástica**, no mensário **Catolicismo**, Ano XVII, N 203, pp. 4 e 5).

Ora, Bento XVI, no discurso em pauta, demonstrou exatamente isso, que os textos do Vaticano II são susceptíveis de uma dupla interpretação: uma primeira interpretação mais evidente—a do espírito do Concílio, que Bento XVI condena como arriscando fazer ruptura com a doutrina católica –e uma segunda interpretação, a da letra do Vaticano II, que só seria harmônica com a doutrina católica de sempre, e que só se pode alcançar—o Papa o reconhece-- com uma mais profunda e laboriosa interpretação.

Logo, a própria exposição de Bento XVI deixa patente que os textos do Vaticano II podem ser classificados como tendo sapiens heresim, com sabor de heresia, e que, portanto, são condenáveis.

Portanto, os textos do Vaticano II tendo sabor de heresia, e que, por isso mesmo, eles não podem ser aceitos.

Essa conclusão é inevitável.

Queremos salientar que escrevemos este comentário, não como contestação, mas buscando apenas cooperar para uma solução desse problema trágico, que o Papa Bento XVI afirmou que procura resolver.

E há que notar outra ruptura: a de Bento XVI com Ratzinger, teólogo do Vaticano II.

Durante anos, o Padre Ratzinger,--- (e mesmo o Cardeal Ratzinger)--, defendeu a linha do "*Espírito do Concílio",* afirmando que tinha havido ruptura entre o Vaticano II e a Igreja de sempre.

Agora, como Papa Bento XVI, graças a Deus, ele mudou, pois condenou a hermenêutica da descontinuidade dos seguidores do "*Espírito do Concílio*" como tendente á ruptura com a Igreja de sempre.

Há algum tempo já se vinha dando um processo de recuo nas manifestações do Cardeal Ratzinger face ao Vaticano II. Agora esse processo tem se acentuado. Bento XVI está mudando e determinando um certo retorno às posições doutrinárias anteriores ao Concílio. Há até Modernistas que acusam Bento XVI de pretender anular o Vaticano II...

Sem dúvida, há um certo retorno em direção a uma posição pré-conciliar em Bento XVI.

É verdade que ele hesita, e que busca alcançar uma harmonização entre a doutrina conciliar e a doutrina anterior da Igreja. Ele pretende harmonizar a letra do Concílio com a Tradição católica. Tarefa impossível, mas que indica um recuo de sua posição anterior.

Permanecerá Bento XVI nessa posição ambígua sobre a ambigüidade do Vaticano II?

Não cremos.

O que Bento XVI condenou, de fato, embora sem querer, ao culpar o "*Espírito do Concílio*, por sua má recepção*",* foi a própria ambigüidade da "*letra do Concílio".*

Bento XVI detectou que há um câncer herético alojado no chamado "*espírito do Vaticano II*". Ora, quando se quer extirpar, real e definitivamente, um câncer, retira-se também todo tecido suspeito de contaminação que o circunda. A condenação do *"Espírito do Concílio*" por lógica exige a condenação da própria letra do Vaticano II, fonte dessa interpretação de ruptura herética.

A lógica, exigida pela adoção de um princípio, e o tempo levam a tirar inevitavelmente as conclusões implícitas no princípio afirmado: o que é condenável é a própria ambigüidade do Vaticano II. Denunciar e condenar os erros do Vaticano II será inevitável. Um Papa, um dia, o fará.

E mais que tudo há que considerar a graça de Deus, especialmente as graças de estado de um Papa, assim como as promessas de Cristo, que prometeu que a Igreja não perecerá. É a graça de Deus que havia feito o Cardeal Joseph Ratzinger ver, cada vez mais claramente, que a crise atual da Igreja provém do Vaticano II.

É essa compreensão que tem aproximado o Papa Bento XVI da posição dos chamados tradicionalistas da Fraternidade Sacerdotal de São Pio X, particularmente na questão da Missa, condenando e combatendo a anarquia litúrgica instaurada depois do Concílio, e procurando dar cada vez mais liberdade à Missa de sempre.

Por outro lado, a linha dos Cardeais, Bispos e teólogos seguidores do *"Espírito do Concílio*" quer uma ruptura completa com a Igreja, que eles chamam de Igreja pré-conciliar, e eles se mostram irritadíssimos com quem outrora tinha as suas posições -- o teólogo Ratzinger—e consideram o Papa Bento XVI como um traidor do Vaticano II.

O confronto parece-nos então inevitável entre o Supremo Pastor e aqueles que ele chamou de lobos.

O confronto dos Modernistas radicais com Bento XVI normalmente o fará aproximar-se cada vez mais do pólo teológico representado pela FSSPX.

Caso Bento XVI permaneça firme na condenação da hermenêutica dos seguidores do "*espírito do Vaticano II*", caso o Papa libere a Missa de sempre, e levante a excomunhão de Dom Lefebvre e de Dom Mayer, não seria de espantar se os modernistas radicais se revoltassem contra o Papa Bento XVI em defesa do Vaticano II, declarando-se separados do Papa e tentando instituir a Nova Igreja com que sonham em meio às trevas da fumaça de Satanás.

São Paulo já disse: "Importa que haja escândalos" (I Cor. XI, 19), mas ái dos que causam o escândalo das heresias.

Aliás, muitos seguidores do "*espírito do Vaticano II*" já romperam com a Igreja, pois defendem teses heréticas modernistas as mais descabeladas, e caminham diretamente para o cisma, e para a instituição de uma Nova Igreja. Eles marcham para a revolta frontal contra Bento XVI, que eles acusam de trair o Vaticano II, e de pretender retornar à Igreja que eles chamam de Pré Conciliar. Parece-nos que essa ruptura é inevitável, e que terá desdobramentos dramáticos, ou antes, trágicos. Essa é nossa opinião. Que não é infalível. Muito pelo contrário. Mas ela se baseia na profecia do Terceiro Segredo de Fátima e nas visões de Dom Bosco. Se o confronto não for com este papa, será em breve com outro, mas esse confronto é INEVITÁVEL.

Ou Fátima nos mentiu. Os dois primeiros segredos já se realizaram. Falta o Terceiro que trata da crise da Igreja e de um Papa que será assassinado junto com grande número de eclesiásticos e povo. Ficará o Terceiro Segredo para daqui 100 anos? Ou para as calendas gregas? Claro que não será assim.

Essa nossa opinião esperançosa sobre Bento XVI é compartilhada agora também por amplos setores da ala que combate pelo retorno à Igreja como ela sempre foi. Dom Fellay, superior da FSSPX, se mostra muito esperançoso, e até otimista, com Bento XVI e seu pontificado. Muitos outros demonstram o mesmo otimismo e a mesma esperança.

Do lado oposto, na ala modernista, há irritação e sabotagem contra Bento XVI.

É de há pouco, a acusação dos Franciscanos de Assis, que se consideram caluniados pelo Vaticano por causa das inovações ecumênicas desenroladas na cidade de São Francisco. O Prior de Assis respondeu, a Bento XVI, afirmando que tudo o que eles fizeram, em Assis, em matéria de ecumenismo, foi inteiramente determinado pelo Vaticano, na época de João Paulo II, e que, agora, o Novo Vaticano de Bento XVI, pretende anular os avanços do Vaticano II.

É destes dias um artigo de Sandro Magister, jornalista muito ligado ao Papa atual, comentando a resistência dos setores modernistas a Bento XVI.

Possa Deus Nosso Senhor fazer com que o Papa Bento XVI encontre a solução verdadeira desse problema, e que reconduza a Igreja Católica, como profetizaram Dom Bosco e Nossa Senhora em Fátima, de volta às duas colunas: a da Hóstia Consagrada, pela liberação da Missa de sempre; à coluna de Nossa Senhora, pela Consagração da Rússia, o que seria uma reafirmação da Bula **Unam Sanctam** de Bonifácio VIII, e, portanto, diametralmente oposta à doutrina liberal e modernista do Vaticano II. Assim Deus ajude o Santo Padre Bento XVI a enfrentar os lobos modernistas que o assediam.

Rezemos pelo Papa Bento XVI para que Deus lhe dê fortaleza para enfrentar os lobos da Nova Igreja Conciliar. Rezemos pelo Papa Bento XVI para que Deus faça dele não apenas o Papa da Esperança, mas o Papa do Retorno, tal como foi descrito nas profecias de São João Bosco e no Terceiro Segredo de Fátima, para o triunfo da Igreja através do Imaculado Coração de Maria.

Desederium desideravit.

São Paulo, 19 de Janeiro de 2.006

Orlando Fedeli

---

http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2005/december/documents/hf_ben_xvi_spe_20051222_ron

DISCURSO DO PAPA BENTO XVI AOS CARDEAIS, ARCEBISPOS E PRELADOS DA CÚRIA ROMANA NA APRESENTAÇÃO DOS VOTOS DE NATAL

Quinta-feira, 22 de Dezembro de 2005

Senhores Cardeais Venerados Irmãos no Episcopado e no Presbiterado Queridos irmãos e irmãs

Desperta, homem, porque por ti Deus se fez homem" (Santo Agostinho, Sermões, 185). Com este convite de Santo Agostinho, a captar o sentido autêntico do Natal de Cristo, dou início ao meu encontro convosco, prezados colaboradores da Cúria Romana, já em proximidade das festividades natalícias. Dirijo a cada um a minha saudação mais cordial, agradecendo-vos os sentimentos de devoção e de afeto, de que se fez intérprete eficaz o Cardeal Decano, a quem dirijo o meu pensamento reconhecido. Deus fez-se homem por nós: esta é a mensagem que todos os anos, da silenciosa gruta de Belém, se difunde até aos recantos mais longínquos da terra. O Natal é festa de luz e de paz, é dia de enlevo interior e de alegria que se propaga no universo, porque "Deus se fez homem". Da humilde gruta de Belém, o Filho eterno de Deus, que se tornou Criancinha, dirige-se a cada um de nós: interpela-nos, convida-nos a renascer nele para que, com Ele, possamos viver eternamente na comunhão da Santíssima Trindade.

Com o coração repleto da alegria que deriva desta consciência, voltemos com o pensamento às vicissitudes do ano que chegou ao seu ocaso. Precedem-nos grandes acontecimentos, que assinalaram profundamente a vida da Igreja. Em primeiro lugar, penso na partida do nosso amado Santo Padre João Paulo II, precedida por um longo caminho de sofrimento e de gradual perda da palavra. Nenhum Papa nos deixou uma quantidade de textos igual à que ele nos legou; precedentemente, nenhum Papa pôde visitar, como ele, o mundo inteiro e falar de modo direto aos homens de todos os continentes. Mas no final coube-lhe um caminho de sofrimento e de silêncio.

Permanecem inesquecíveis para nós as imagens do Domingo de Ramos quando, com um ramo de oliveira na mão e marcado pela dor, ele estava à janela e nos dava a bênção do Senhor, prestes a encaminhar-se rumo à Cruz. Depois, a imagem do momento em que, na sua capela particular, com o Crucifixo na mão,

participava na Via-Sacra no Coliseu, onde muitas vezes tinha presidido à procissão, carregando ele mesmo a Cruz. Enfim, a bênção silenciosa do Domingo de Páscoa em que, através da dor, víamos resplandecer a promessa da ressurreição, da vida eterna.

O Santo Padre, com as suas palavras e as suas obras, deu-nos grandes coisas; mas não menos importante é a lição que nos deu da cátedra do sofrimento e do silêncio. No seu último livro "Memória e Identidade" (Rizzoli, 2005), deixou-nos uma interpretação do sofrimento que não é uma teoria teológica ou filosófica, mas um fruto amadurecido ao longo do seu caminho pessoal de sofrimento, por ele percorrido com a ajuda da fé no Senhor crucificado. Esta interpretação, que ele tinha elaborado na fé e que dava sentido ao seu sofrimento vivido em comunhão com o do Senhor, falava através da sua dor silenciosa, transformando-a numa grande mensagem. Tanto no início, como uma vez mais no final do mencionado livro, o Papa mostra-se profundamente sensibilizado pelo espetáculo do poder do mal que, no século recém-terminado, nos é concedido experimentar de modo dramático. Diz textualmente: "Não foi um mal de pequenas dimensões... Foi um mal de proporções gigantescas, um mal que se valeu das estruturas estatais para realizar uma obra nefasta, um mal edificado como sistema" (pág. 198). O mal é porventura invencível? É a última verdadeira potência da história? Por causa da experiência do mal, para o Papa Wojtyla a questão da redenção tornou-se a interrogação essencial e central da sua vida e do seu pensar como cristão. Existe um limite contra o qual o poder do mal se infrange? Sim, existe, responde o Papa neste seu livro, como também na sua Encíclica sobre a redenção. O poder que põe um limite ao mal é a misericórdia divina. À violência, à ostentação do mal, opõe-se na história como "o totalmente outro" de Deus, como o próprio poder de Deus a misericórdia divina. O cordeiro é mais forte do que o dragão, poderíamos dizer com o Apocalipse.

No final do livro, na consideração retrospectiva do atentado de 13 de Maio de 1981 e também com base na experiência do seu caminho com Deus e com o mundo, João Paulo II aprofundou ulteriormente esta resposta. O limite do poder do mal, a potência que, em última análise, o derrota é assim ele nos diz o sofrimento de Deus, o sofrimento do Filho na Cruz: "O sofrimento de Deus crucificado não é apenas uma forma de sofrimento ao lado das demais... Cristo, sofrendo por todos nós, conferiu um novo sentido ao sofrimento, introduziu-o numa nova dimensão, numa nova ordem: a do amor... A paixão de Cristo na Cruz deu um sentido radicalmente novo ao sofrimento, transformou-o a partir de dentro... É o sofrimento que arde e consome o mal com a chama do amor... Cada sofrimento humano, cada dor, cada enfermidade encerra uma promessa de salvação... O mal... existe no mundo também para despertar em nós o amor, que é dom de si... a quem é visitado pelo sofrimento... Cristo é o Redentor do mundo: "Fomos curados pelas suas chagas" (Is 53, 5)" (pág. 198 ss.). Tudo isto não é simplesmente douta teologia, mas expressão de uma fé vivida e amadurecida no sofrimento. Certamente, nós devemos fazer tudo para atenuar o sofrimento e impedir a injustiça que provoca o sofrimento dos inocentes. Todavia, devemos também fazer tudo para que os homens possam descobrir o sentido do sofrimento, para serem assim capazes de aceitar o próprio sofrimento e de o unir ao sofrimento de Cristo. Deste modo, ele funde-se juntamente com o amor redentor e, por conseguinte, torna-se uma força contra o mal do mundo. A resposta que o mundo inteiro deu à morte do Papa foi uma impressionante manifestação de reconhecimento pelo fato de que ele, no seu ministério, se ofereceu totalmente a Deus pelo mundo; um agradecimento pelo fato de que ele, num mundo repleto de ódio e de violência, nos ensinou novamente o amar e o sofrer ao serviço dos outros; mostrou-nos, por assim dizer, ao vivo o Redentor, a redenção, e deu-nos a certeza de que, de fato, o mal não tem a última palavra no mundo.

Agora gostaria de mencionar, embora brevemente, outros dois acontecimentos, começados ainda pelo Papa João Paulo II: trata-se da Jornada Mundial da Juventude em Colônia e do Sínodo dos Bispos sobre a Eucaristia, que encerrou também o Ano da Eucaristia, inaugurado pelo Papa João Paulo II.

A Jornada Mundial da Juventude permaneceu, na memória de todos aqueles que estavam presentes, como um grande dom. Mais de um milhão de jovens reuniram-se na Cidade de Colônia, situada às margens do rio Reno, e nas cidades vizinhas para juntos ouvir a Palavra de Deus e rezar, para receber os sacramentos da Reconciliação e da Eucaristia, para juntos cantar e festejar, para rejubilar pela existência e para adorar e receber o Senhor eucarístico durante os grandes encontros do sábado à noite e do domingo. Durante todos aqueles dias reinava simplesmente a alegria.

Prescindindo dos serviços de ordem, a polícia nada teve para fazer o Senhor tinha reunido a sua família, superando sensivelmente todas as fronteiras e barreiras e, na grande comunhão entre nós, nos tinha feito experimentar a sua presença. O mote escolhido para aquelas jornadas "Viemos adorá-lo" continha duas

grandes imagens que, desde o início, favoreceram a justa abordagem. Em primeiro lugar, havia a imagem da peregrinação, a imagem do homem que, olhando para além dos seus interesses e da sua vida quotidiana, se coloca em busca do seu destino essencial, da verdade, da vida justa, de Deus. Esta imagem do homem a caminho rumo à meta da vida encerrava em si mais duas indicações claras. Antes de mais, havia o convite a não ver o mundo que nos circunda, somente como a matéria-prima com que nós podemos fazer algo, mas a procurar descobrir nele a "caligrafia do Criador", a razão criadora e o amor de que o mundo nasceu e de que o universo nos fala, se nos tornamos atentos, se os nossos sentidos interiores despertam e adquirem perceptividade para as dimensões mais profundas da realidade. Como segundo elemento acrescentava-se, depois, o convite a colocarmo-nos à escuta da revelação histórica, a única que nos pode oferecer a chave de leitura para o mistério silencioso da criação, indicando-nos concretamente o caminho rumo ao verdadeiro Senhor do mundo e da história, que se esconde na pobreza do estábulo de Belém. A outra imagem contida no mote da Jornada Mundial da Juventude era o homem em adoração: "Viemos adorá-lo". Antes de cada atividade e de cada mudança do mundo deve haver a adoração. Só ela nos torna verdadeiramente livres; somente ela nos oferece os critérios para o nosso agir. Precisamente num mundo em que, de modo progressivo, definham os critérios de orientação e existe a ameaça que cada um faça de si mesmo o próprio critério, é fundamental ressaltar a adoração. Para todos aqueles que estavam presentes, permanece inesquecível o silêncio intenso daquele milhão de jovens, um silêncio que unia e confortava todos nós, quando o Senhor no Sacramento era colocado sobre o altar. Conservemos no coração as imagens de Colônia: elas são uma indicação que continua a agir. Sem mencionar nomes individuais, nesta ocasião gostaria de agradecer a todos aqueles que tornaram possível a Jornada Mundial da Juventude; mas sobretudo, juntos, demos graças ao Senhor, porque em última análise somente Ele podia conceder-nos tais jornadas do modo como as vivemos.

A palavra "adoração" leva-nos ao segundo grande acontecimento, sobre o qual gostaria de falar: o Sínodo dos Bispos e o Ano da Eucaristia. O Papa João Paulo II, com a Encíclica Ecclesia de Eucharistia com a Carta Apostólica Mane nobiscum Domine, já nos tinha oferecido as indicações essenciais e, ao mesmo tempo, com a sua experiência pessoal da fé eucarística, tinha concretizado o ensinamento da Igreja. Além disso, a Congregação para o Culto Divino, em estreita ligação com a Encíclica, tinha publicado a Instrução Redemptionis sacramentum, como ajuda prática para a justa realização da Constituição conciliar sobre a liturgia e da reforma litúrgica. Para além de tudo isto, era verdadeiramente possível dizer algo de novo, desenvolver ulteriormente o conjunto da doutrina? Foi precisamente esta a grande experiência do Sínodo quando, nas contribuições dos Padres, se viu refletir a riqueza da vida eucarística da Igreja de hoje e se manifestou a inexauribilidade da sua fé eucarística. Aquilo que os Padres pensaram e expressaram deverá ser apresentado, em estreita ligação com as Propositiones do Sínodo, num documento pós-sinodal. Aqui, gostaria apenas de salientar mais uma vez aquele ponto que, há pouco, já recordamos no contexto da Jornada Mundial da Juventude: a adoração do Senhor ressuscitado, presente na Eucaristia com a carne e o sangue, com o corpo e a alma, com a divindade e a humanidade. É comovedor para mim, ver como em toda a parte na Igreja se está a despertar a alegria da adoração eucarística e como se manifestam os seus frutos. No período da reforma litúrgica, muitas vezes a Missa e a adoração fora dela eram vistas como que em contraste entre si: o Pão eucarístico não nos teria sido dado para ser contemplado, mas para ser comido, segundo uma objecção então difusa. Na experiência de oração da Igreja já se manifestou a falta de sentido de tal contraposição. Já Agostinho disse: "...nemo autem illam carnem manducat, nisi prius adoraverit;... peccemus non adorando Ninguém come esta carne, sem antes a adorar;... pecaríamos, se não a adorássemos" (cf. Enarr. in Ps 98, 9, CCL XXXIX, 1385). De fato, não é que na Eucaristia nós simplesmente recebemos uma coisa qualquer. Ela é o encontro e a unificação de pessoas; porém a pessoa que vem ao nosso encontro e deseja unir-se a nós é o Filho de Deus.

Tal unificação somente pode realizar-se segundo o modo de adoração. Receber a Eucaristia significa adorar Aquele que recebemos. Precisamente assim e somente assim nos tornamos um só com Ele. Por isso, o desenvolvimento da adoração eucarística, como se formou durante a Idade Média, era a consequência mais coerente do próprio mistério eucarístico: somente na adoração pode amadurecer um acolhimento profundo e verdadeiro. E é precisamente neste ato pessoal de encontro com o Senhor que, depois, amadurece também a missão social que está encerrada na Eucaristia e que deseja romper as barreiras não apenas entre o Senhor e nós, mas inclusive e sobretudo as barreiras que nos separam uns dos outros.

O último acontecimento deste ano, sobre o qual gostaria de me deter nesta ocasião, é a celebração do encerramento do Concílio Vaticano II, há quarenta anos. Tal memória suscita a interrogação: qual foi o resultado do Concílio? Foi recebido de modo correto? O que, na recepção do Concílio, foi bom, o que foi insuficiente ou errado? O que ainda deve ser feito? Ninguém pode negar que, em vastas partes da Igreja, a recepção do Concílio teve lugar de modo bastante difícil, mesmo que não se deseje aplicar àquilo que aconteceu nestes anos a descrição que o grande Doutor da Igreja, São Basílio, faz da situação da Igreja depois do Concílio de Nicéia: ele compara-a com uma batalha naval na escuridão da tempestade, dizendo entre outras coisas: "O grito rouco daqueles que, pela discórdia, se levantam uns contra os outros, os palavreados incompreensíveis e o ruído confuso dos clamores ininterruptos já encheram quase toda a Igreja falsificando, por excesso ou por defeito, a reta doutrina da fé..." (De Spiritu Sancto, XXX, 77; PG 32, 213 A; Sch 17 bis, pág. 524). Não queremos aplicar exactamente esta descrição dramática à situação do pós-Concílio, todavia alguma coisa do que aconteceu se reflete nele. Surge a pergunta: por que a recepção do Concílio, em grandes partes da Igreja, até agora teve lugar de modo tão difícil? Pois bem, tudo depende da justa interpretação do Concílio ou como diríamos hoje da sua correta hermenêutica, da justa chave de leitura e de aplicação. Os problemas da recepção derivaram do fato de que duas hermenêuticas contrárias se embateram e disputaram entre si. Uma causou confusão, a outra, silenciosamente mas de modo cada vez mais visível, produziu e produz frutos. Por um lado, existe uma interpretação que gostaria de definir "hermenêutica da descontinuidade e da ruptura"; não raro, ela pôde valer-se da simpatia dos mass media e também de uma parte da teologia moderna. Por outro lado, há a "hermenêutica da reforma", da renovação na continuidade do único sujeito-Igreja, que o Senhor nos concedeu; é um sujeito que cresce no tempo e se desenvolve, permanecendo porém sempre o mesmo, único sujeito do Povo de Deus a caminho. A hermenêutica da descontinuidade corre o risco de terminar numa ruptura entre a Igreja pré-conciliar e a Igreja pós-conciliar. Ela afirma que os textos do Concílio como tais ainda não seriam a verdadeira expressão do espírito do Concílio.

Seriam o resultado de compromissos em que, para alcançar a unanimidade, foi necessário arrastar atrás de si e confirmar muitas coisas antigas, já inúteis. Contudo, não é nestes compromissos que se revelaria o verdadeiro espírito do Concílio mas, ao contrário, nos impulsos rumo ao novo, subjacentes aos textos: somente eles representariam o verdadeiro espírito do Concílio, e partindo deles e em conformidade com eles, seria necessário progredir. Precisamente porque os textos refletiriam apenas de modo imperfeito o verdadeiro espírito do Concílio e a sua novidade, seria preciso ir corajosamente para além dos textos, deixando espaço à novidade em que se expressaria a intenção mais profunda, embora ainda indistinta, do Concílio. Em síntese: seria necessário seguir não os textos do Concílio, mas o seu espírito. Deste modo, obviamente, permanece uma vasta margem para a pergunta sobre o modo como, então, se define este espírito e, por conseguinte, se concede espaço a toda a inconstância. Assim, porém, confunde-se na origem a natureza de um Concílio como tal. Deste modo, ele é considerado como uma espécie de Constituinte, que elimina uma constituição velha e cria outra nova. Mas a Constituinte tem necessidade de um mandante e, depois, de uma confirmação por parte do mandante, ou seja, do povo ao qual a constituição deve servir.

Os Padres não tinham tal mandato e ninguém lhos tinha dado; ninguém, afinal, podia dá-lo porque a constituição essencial da Igreja vem do Senhor e nos foi dada para que pudéssemos chegar à vida eterna e, partindo desta perspectiva, conseguimos iluminar também a vida no tempo e o próprio tempo. Os Bispos, pelo Sacramento que receberam, são fiduciários do dom do Senhor. Somos "administradores dos mistérios de Deus" (1 Cor 4, 1); como tais devem ser encontrados "fiéis e sábios" (cf. Lc 12, 41-48). Isto significa que devem administrar o dom do Senhor de modo justo, para que não fiquem ocultos no esconderijo, para que tragam frutos e o Senhor, no final, possa dizer ao administrador: "Porque foste fiel no pouco, dar-te-ei autoridade no muito" (cf. Mt 25, 14-30; Lc 19, 11-27). Nestas parábolas evangélicas exprime-se a dinâmica da fidelidade, que interessa no serviço do Senhor, e nelas também se torna evidente, como num Concílio dinâmica e fidelidade devam tornar-se uma só coisa.

À hermenêutica da descontinuidade opõe-se a hermenêutica da reforma, como antes as apresentou o Papa João XXIII no seu discurso de abertura do Concílio em 11 de Outubro de 1962 e, posteriormente o Papa Paulo VI no discurso de encerramento a 7 de Dezembro de 1965. Desejo citar aqui somente as palavras tão conhecidas de João XXIII, nas quais esta hermenêutica é expressa inequivocavelmente quando diz que o Concílio "quer transmitir a doutrina pura e íntegra sem atenuações nem desvios" e continua: "O nosso dever não é somente guardar este tesouro precioso, como se nos preocupássemos unicamente pela antiguidade,

mas dedicar-nos com diligente vontade e sem temor a esta obra, que a nossa época exige... É necessário que esta doutrina certa e imutável, que deve ser fielmente respeitada, seja aprofundada e apresentada de modo que corresponda às exigências do nosso tempo. De facto, uma coisa é o depósito da fé, isto é, as verdades contidas na nossa veneranda doutrina, e outra coisa é o modo com o qual elas são enunciadas, conservando nelas, porém, o mesmo sentido e o mesmo resultado" (S. Oec. Conc. Vat. II Constitutiones Decreta Declarationes, 1974, pp. 863-865). É claro que este cuidado de exprimir no modo novo uma determinada verdade exige uma nova reflexão sobre ela e uma nova relação vital com a mesma; é claro também que a nova palavra pode maturar somente se nasce de uma compreensão consciente da verdade expressa e que, por outro lado, a reflexão sobre a fé exige igualmente que se viva esta fé. Neste sentido o programa proposto pelo Papa João XXIII era extremamente exigente, como também é exigente e dinâmica a síntese de fidelidade. Porém, onde quer que esta interpretação tenha sido a orientação que guiou a recepção do Concílio, cresceu uma nova vida e amadureceram novos frutos. Quarenta anos depois do Concílio podemos realçar que o positivo é muito maior e mais vivo do que não podia parecer na agitação por volta do ano de 1968. Hoje vemos que a boa semente, mesmo desenvolvendo-se lentamente, cresce todavia, e cresce também assim a nossa profunda gratidão pela obra realizada pelo Concílio.

Paulo VI, no seu discurso de conclusão do Concílio, indicou ainda uma específica motivação pela qual uma hermenêutica da descontinuidade poderia parecer convincente. No grande debate sobre o homem, que distingue o tempo moderno, o Concílio devia dedicar-se de modo particular ao tema da antropologia. Devia interrogar-se sobre a relação entre a Igreja e a sua fé, de um lado, e o homem e o mundo de hoje, de outro (ibid., pp. 1066ss.). A questão torna-se ainda mais clara, se em vez do termo genérico de "mundo de hoje" escolhêssemos outro mais exato: o Concílio devia determinar de modo novo a relação entre a Igreja e a era moderna. Esta relação tinha tido um início muito problemático com o processo a Galileu. Rompeu-se depois totalmente, quando Kant definiu a "religião no contexto da pura razão" e quando, na fase radical da revolução francesa, se difundiu uma imagem do Estado e do homem que para a Igreja e para a fé praticamente não desejava conceder qualquer espaço. O conflito da fé da Igreja com o liberalismo radical e também com as ciências naturais que pretendiam envolver com os seus conhecimentos toda a realidade até aos seus extremos, propondo-se insistentemente de tornar supérflua a "hipótese de Deus", tinha provocado no Século XIX, sob Pio IX, por parte da Igreja ásperas e radicais condenações de tal espírito da era moderna. Portanto, aparentemente não havia mais qualquer espaço aberto para uma compreensão positiva e frutuosa, e eram igualmente drásticas as rejeições por parte daqueles que se sentiam os representantes da era moderna. Enquanto isso, porém, também a era moderna conheceu desdobramentos. Percebia-se que a revolução americana tinha oferecido um modelo de Estado moderno diferente daquele teorizado pelas tendências radicais originadas na segunda fase da revolução francesa. As ciências naturais começavam, de modo sempre mais claro, a refletir sobre o próprio limite, imposto pelo seu próprio método que, mesmo realizando coisas grandiosas, todavia não era capaz de compreender a globalidade da realidade. Assim ambas as partes começavam progressivamente a abrir-se uma à outra. No período entre as duas guerras mundiais, e ainda mais depois da segunda guerra mundial, homens de Estado católicos demonstraram que pode existir um Estado laico moderno, que porém não é neutro em relação aos valores, mas vive haurindo das grandes fontes éticas abertas pelo cristianismo. A doutrina social católica, pouco a pouco desenvolveu-se e tornou-se um modelo importante entre o liberalismo radical e a teoria marxista do Estado. As ciências naturais, que sem reserva professaram um método próprio no qual Deus não tinha acesso, percebiam cada vez mais claramente que este método não compreendia a totalidade da realidade e abriam portanto novamente as portas a Deus, sabendo que a realidade é maior do que o método naturalista e daquilo que ele possa abranger. Poder-se-ia dizer que se formaram três círculos de perguntas, que agora no momento do Vaticano II, esperavam uma resposta. Antes de mais, era preciso definir de modo novo a relação entre fé e ciências modernas; isto dizia respeito, finalmente, não apenas às ciências naturais mas também à ciência histórica pois numa determinada escola, o método histórico-crítico reclamava para si a última palavra na interpretação da Bíblia e, pretendendo a plena exclusividade para a sua compreensão das Sagradas Escrituras, opunha-se em pontos importantes da interpretação que a fé da Igreja tinha elaborado. Em segundo lugar, era preciso definir de modo novo a relação entre a Igreja e o Estado moderno, que abria espaço aos cidadãos de várias religiões e ideologias, comportando-se em relação a estas religiões de modo imparcial e assumindo simplesmente a responsabilidade por uma convivência ordenada e tolerante entre os cidadãos e pela sua liberdade de exercer a própria religião. A isto, em terceiro lugar, estava ligado de modo

geral o problema da tolerância religiosa uma questão que exigia uma nova definição sobre a relação entre a fé cristã e as religiões do mundo. Em particular, diante dos recentes crimes do regime nacional-socialista e, em geral, num olhar retrospectivo a uma longa e difícil história, era preciso avaliar e definir de modo novo a relação entre a Igreja e a fé de Israel.

São todos temas de grande importância eram os grandes temas da segunda parte do Concílio sobre os quais não é possível deter-se mais amplamente neste contexto. É claro que em todos estes sectores, que no seu conjunto formam um único problema, podia emergir alguma forma de descontinuidade que, de certo modo, se tinha manifestado, de fato uma descontinuidade, na qual todavia, feitas as diversas distinções entre as situações históricas concretas e as suas exigências, resultava não abandonada a continuidade nos princípios fato que facilmente escapa a uma primeira percepção. É exatamente neste conjunto de continuidade e descontinuidade a diversos níveis que consiste a natureza da verdadeira reforma. Neste processo de novidade na continuidade devíamos aprender a compreender mais concretamente do que antes que as decisões da Igreja em relação às coisas contingentes por exemplo, certas formas concretas de liberalismo ou de interpretação liberal da Bíblia deviam necessariamente ser essas mesmas acidentais, justamente porque referidas a uma determinada realidade em si mesma mutável. Era preciso aprender a reconhecer que, em tais decisões, somente os princípios exprimem o aspecto duradouro, permanecendo subjacente e motivando a decisão a partir de dentro. Não são, por sua vez, igualmente permanentes as formas concretas, que dependem da situação histórica e podem portanto ser submetidas a mutações.

Assim as decisões de fundo podem permanecer válidas, enquanto as formas da sua aplicação a estes novos podem mudar. Assim, por exemplo, se a liberdade religiosa for considerada como expressão da incapacidade do homem para encontrar a verdade e, conseqüentemente, se torna canonização do relativismo, conseqüentemente ela, por necessidade social, foi elevada de modo impróprio a nível metafísico e está privada do seu verdadeiro sentido, com a conseqüência de não poder ser aceite por quem crê que o homem é capaz de conhecer a verdade de Deus e, com base na dignidade interior da verdade, está ligado a tal conhecimento. Uma coisa completamente diversa é, porém, considerar a liberdade de religião como uma necessidade derivante da convivência humana, aliás, como uma conseqüência intrínseca da verdade que não pode ser imposta do exterior, mas deve ser feita pelo próprio homem somente mediante o processo do convencimento.

O Concílio Vaticano II, com o Decreto sobre a liberdade religiosa, reconhecendo e fazendo seu um princípio essencial do Estado moderno, recuperou novamente o patrimônio mais profundo da Igreja. Ela pode ser consciente de encontrar-se assim em plena sintonia com o ensinamento do próprio Jesus (cf. Mt 22, 21) como também com a Igreja dos mártires, com os mártires de todos os tempos. A Igreja antiga, com naturalidade, rezou pelos imperadores e pelos responsáveis políticos considerando isso seu dever (cf. 1 Tm 2, 2); porém, enquanto rezava pelos imperadores, recusou-se adorá-los, e com isto rejeitou claramente a religião do Estado. Os mártires da Igreja primitiva morreram pela sua fé naquele Deus que se revelou em Jesus Cristo, e exatamente por isso, morreram também pela liberdade de consciência e pela liberdade de profissão da própria fé uma profissão que por nenhum Estado pode ser imposta, porém pode ser realizada somente com a graça de Deus, na liberdade da consciência. Uma Igreja missionária que, como se sabe, insiste em anunciar a sua mensagem a todos os povos, deve empenhar-se pela liberdade da fé. Ela deseja transmitir o dom da verdade que existe para todos e, enquanto isso, assegura aos povos e aos seus governos que não quer destruir a sua identidade e as suas culturas, mas leva-lhes uma resposta que, no seu íntimo, esperam uma resposta com que a multiplicidade das culturas não se perde, ao contrário crescem a unidade entre os homens e também a paz entre os povos.

O Concílio Vaticano II, com a nova definição da relação entre a fé da Igreja e determinados elementos essenciais do pensamento moderno, reviu ou melhor corrigiu algumas decisões históricas, mas nesta aparente descontinuidade, manteve e aprofundou a sua íntima natureza e a sua verdadeira identidade. A Igreja, quer antes quer depois do Concílio, é a mesma Igreja una, santa, católica e apostólica peregrina nos tempos; ela prossegue "a sua peregrinação entre as perseguições do mundo e as consolações de Deus", anunciando a morte do Senhor até que Ele venha (cf. Lumen gentium, 8). Quem pensava que com este "sim" fundamental para a era moderna se dissipassem todas as tensões e a "abertura ao mundo" assim realizada transformasse tudo em pura harmonia, tinha subestimado as tensões internas e também as contradições da mesma era moderna; tinha subestimado a perigosa fragilidade da natureza humana que em todos os períodos da história e em cada constelação histórica é uma ameaça para o caminho do homem.

Estes perigos, com as novas possibilidades e com o novo poder do homem sobre a matéria e sobre si mesmo, não desapareceram, mas assumem novas dimensões: um olhar sobre a história atual demonstra-o claramente. Também no nosso tempo a Igreja permanece um "sinal de contradição" (Lc 2, 34) não sem motivo o Papa João Paulo II, ainda Cardeal, tinha dado este título aos Exercícios Espirituais pregados em 1976 ao Papa Paulo VI e à Cúria Romana. Não podia ser intenção do Concílio abolir esta contradição do Evangelho em relação aos perigos e aos erros do homem. Era, porém realmente a sua intenção deixar de lado contradições errôneas ou supérfluas, para apresentar a este nosso mundo a exigência do Evangelho em toda a sua grandeza e pureza. O passo dado pelo Concílio em direção à era moderna, que de modo tão impreciso foi apresentado como "abertura ao mundo" pertence definitivamente ao perene problema da relação entre fé e razão, que se apresenta sempre de novas formas. A situação que o Concílio devia enfrentar é comparável aos acontecimentos das épocas precedentes. São Pedro, na sua primeira Carta, tinha exortado os cristãos a estar sempre prontos a responder (apo-logia) a quem quer que perguntasse o logos, a razão da sua esperança (3, 15). Isto significava que a fé bíblica devia entrar em debate e em relação com a cultura grega e aprender a reconhecer mediante a interpretação a linha de distinção, mas igualmente o contacto e a afinidade entre elas na única razão dada por Deus.

Quando no século XIII, através dos filósofos judeus e árabes, o pensamento aristotélico entrou em contacto com a cristandade medieval formada na tradição platônica, e que fé e razão correram o risco de entrar em contradição inconciliável, foi sobretudo S. Tomás de Aquino a mediar o novo encontro entre fé e filosofia aristotélica, colocando assim a fé em uma relação positiva com a forma de razão dominante no seu tempo. O difícil debate entre a razão moderna e a fé cristã que, num primeiro momento, com o processo a Galileu, iniciou de modo negativo, certamente conheceu muitas fases, mas com o Concílio Vaticano II chegou a hora em que se requeria uma ampla reflexão. O seu conteúdo, nos textos conciliares, foi traçado seguramente em linhas gerais, mas com isto determinou a direção essencial, de modo que o diálogo entre razão e fé, hoje particularmente importante, com base no Vaticano II encontrou a sua orientação. Agora este diálogo precisa desenvolver-se com grande abertura mental, mas igualmente com aquela clareza de discernimento dos espíritos que o mundo justificadamente espera de nós neste exato momento. Assim podemos hoje, com gratidão, dirigir o nosso olhar ao Concílio Vaticano II: se o lemos e recebemos guiados por uma justa hermenêutica, ele pode ser e tornar-se cada vez mais uma grande força para a sempre necessária renovação da Igreja.

Finalmente, devo talvez ainda recordar o dia 19 de Abril deste ano, em que o Colégio Cardinalício com o meu susto não pequeno, me elegeu sucessor do Papa João Paulo II, sucessor de São Pedro na cátedra de Bispo de Roma? Uma tarefa assim estava totalmente fora daquilo que eu jamais poderia imaginar como minha vocação. Assim, foi somente com um grande ato de confiança em Deus que pude dizer na obediência o meu "sim" a esta escolha. Como então, hoje peço igualmente a todos vós a oração, com cuja força e apoio eu conto. Ao mesmo tempo, desejo agradecer de coração neste momento a todos aqueles que me acolheram e me acolhem sempre com grande confiança, bondade e compreensão, acompanhando-me dia-a-dia com a sua oração.

O Natal já está perto. O Senhor Deus diante das ameaças da história não se opôs com o poder exterior, como nós homens, segundo as perspectivas deste nosso mundo, teríamos esperado. A sua arma é a bondade. Revelou-se como criança, nasceu numa estalagem. É exatamente assim que contrapõe o seu poder completamente diverso das potências destrutivas da violência. Ele salva-nos precisamente assim. Mostra-nos exatamente assim o que salva. Queremos, nestes dias natalícios, ir ao seu encontro cheios de confiança, como os pastores, como os sábios do oriente. Peçamos a Maria para nos conduzir ao Senhor. Peçamos-lhe para vencer Ele mesmo a violência no mundo e para nos fazer experimentar o poder da sua bondade. Com estes sentimentos, concedo-vos a todos a Benção Apostólica.

© Copyright 2005 - Libreria Editrice Vaticana

Para citar este texto:

Fedeli, Orlando - "***Bento XVI condena o "espírito" do Concílio Vaticano II***"
MONTFORT Associação Cultural
http://www.montfort.org.br/index.php?secao=veritas&subsecao=papa&artigo=espirito_vaticano_ii
Online, 04/12/2013 às 12:21h